



A relação populista-militarista e seus impactos para uma educação democrática

Greice Bruck

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Washington Luiz, 855, 90010-460, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: greice.martins.gomes@gmail.com

RESUMO. Esse artigo discute a relação populista-militarista que estruturou o Governo Bolsonaro e os reflexos disso para a educação, em especial, para o ensino das Ciências Sociais e Humanas dado seu papel no fortalecimento de um projeto democrático e, portanto, oposto a formas de governo desse tipo. Para tanto, toma-se como caso de estudo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) o qual prevê a criação de um formato organizacional híbrido, no qual a gestão administrativa e educacional de escolas passa a ser feitas por militares. Para dar conta de responder à questão norteadora dessa pesquisa que indaga sobre o que a representação de atores sociais envolvidos no Pecim revela sobre conteúdos ideológicos legitimados pelo Bolsonarismo e os efeitos práticos disso? Utiliza-se como referencial metodológico a Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Theo Van Leeuwen (2008) para quem a compreensão sobre os processos de legitimação discursiva pode ser alcançada a partir da forma como os atores sociais são representados textualmente. Sendo que os textos investigados são provenientes de órgãos oficiais do governo, de pessoas diretamente relacionadas ao Pecim e, também, de entrevistas com informantes. Esse estudo traz contribuições em duas grandes frentes considerando os debates atuais. A primeira diz respeito a investigação sobre os conteúdos ideológicos de viés militarista disseminados por governos populistas. A segunda é apresentar sobre as implicações práticas disso no campo educacional. Os resultados dessa pesquisa evidenciam sobre formas de construção discursiva e representacional que enfraquecem o pensamento crítico e que colocam a educação como objeto de senso comum retirando-lhe o status de fazer científico produzido a partir de diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: populismos; educação; pensamento crítico.

The populist-militarist relationship and its impact for a democratic education

ABSTRACT. This article discusses the populist-militarist relationship that structured the Bolsonaro Government and the consequences of this for education and, in particular, for the teaching of Social and Human Sciences, given its role in strengthening a democratic project and, therefore, opposed to forms of government of that type. As a case study, the National Program of Civic-Military Schools (Pecim) is analyzed, which provides for the creation of a hybrid organizational format, the Civic-Military Schools (ECIM). In them, the administrative management and control of students are now carried out by the military. In order to respond to the guiding question of this research, which asks about what the representation of social actors in the context of Pecim reveals to us about the ideological contents that Bolsonarismo seeks to legitimize socially and what are the effects of this in the field of education? The Critical Discourse Analysis (CDA) developed by Theo Van Leeuwen (2008) is used as a methodological reference, for whom the understanding of discursive legitimation processes can be achieved from the way social actors are represented in texts. Since the investigated texts come from official government agencies, from people directly related to Pecim and also from interviews with informants. This study brings contributions on two major fronts considering current debates. The first concerns the investigation of the ideological contents of a militaristic bias disseminated by populist governments. The second is to present the practical implications of this in the educational field. The results of this research show about forms of discursive and representational construction that weaken critical thinking and that place education as an object of common sense, depriving it of the status of scientific work produced from different areas of knowledge.

Keywords: populisms; education; critical thinking.

La relación populista-militarista y sus impactos para una educación democrática

RESUMEN. Este artículo discute la relación populista-militarista que estructuró el Gobierno de Bolsonaro y las consecuencias de ésta para la educación y, en particular, para la enseñanza de las Ciencias Sociales y Humanas, dado su papel en el fortalecimiento de un proyecto democrático y, por tanto, contrapuesta a formas de gobierno de ese tipo. Como caso de estudio, se analiza el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim), que prevé la creación de un formato organizacional híbrido, las Escuelas Cívico-Militares (ECIM). En ellos, la gestión administrativa y el control de los estudiantes ahora lo llevan a cabo los militares. Para responder a la pregunta rectora de esta investigación, que indaga sobre qué nos revela la representación de los actores sociales en el contexto del Pecim sobre los contenidos ideológicos que el bolsonarismo busca legitimar socialmente y cuáles son los efectos de ello en el campo de la educación? Se utiliza como referencia metodológica el Análisis Crítico del Discurso (ACD) desarrollado por Theo Van Leeuwen (2008), para quien la comprensión de los procesos de legitimación discursiva puede lograrse a partir de la forma en que los actores sociales son representados en los textos. Ya que los textos investigados provienen de organismos oficiales del gobierno, de personas directamente relacionadas con Pecim y también de entrevistas a informantes. Este estudio trae contribuciones en dos grandes frentes considerando los debates actuales. El primero se refiere a la investigación de los contenidos ideológicos de un sesgo militarista difundido por gobiernos populistas. El segundo es presentar las implicaciones prácticas de esto en el campo educativo. Los resultados de esta investigación muestran formas de construcción discursiva y representacional que debilitan el pensamiento crítico y que sitúan a la educación como objeto de sentido común, despojándola del estatus de trabajo científico producido desde diferentes áreas del saber.

Palabras clave: populismos; educación; pensamiento crítico.

Received on May 1, 2023.

Accepted on February 20, 2024.

Published in July 11, 2025.

Introdução

Durante a votação do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, em 2016, o então deputado Jair Bolsonaro causou grande controvérsia na mídia social e na imprensa. Na ocasião, ele homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela justiça brasileira como torturador, a quem Bolsonaro se referiu, em mais de uma ocasião, como "herói nacional" (Mazui, 2019). Esse episódio é um exemplo do apelo político militarista que se tornaria a base do Bolsonarismo. Tal movimento, que pode ser definido como um populismo de direita radical (Mudde, 2019), ascendeu ao governo no Brasil entre 2019 e 2022, após a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Populismos de direita radical, como o Bolsonarismo, atacam a democracia liberal à medida que se mostram contrários ao direito das minorias (em poder e capacidade de representação social) e as instituições independentes que buscam garantir esses mesmos direitos (Mudde, 2019). O viés antidemocrático e reacionário de movimentos desse tipo (Lynch & Cassimiro, 2022) podem colocar em ação um conjunto de desafios ao campo da educação e em especial o ensino das Ciências Sociais e Humanas. Isso porque, usualmente, tratam-se de áreas do conhecimento que têm relevante papel no fortalecimento de um projeto democrático, ou seja, aquele baseado na promoção de uma sociedade justa, inclusiva, participativa e preocupada com a proteção dos direitos e a dignidade de todas as pessoas.

Levando esses aspectos em consideração, este artigo explora o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Segundo o então Ministério da Educação do Governo Bolsonaro, trata-se de "[...] uma política pública [...]" para educação brasileira que visa o resgate de "[...] valores outrora esquecidos, tais como disciplina e respeito" (Escola Cívico-Militar, 2021). Criado ainda no primeiro ano desse governo trata-se de um Programa que promove um formato organizacional híbrido, as chamadas Escolas Cívico-Militares (Ecim), as quais transitam entre um colégio militar e uma escola civil da rede pública. Nas Ecim a gestão administrativa e educacional passam a ser feitas por militares (Manual das Escolas Cívico-Militares, 2020). De forma abrangente, o Pecim tornou a militarização escolar uma política pública nacional e constituiu-se como um exemplo evidente de projeto antidemocrático voltado ao campo da educação.

Nesse sentido argumentamos que a compressão sobre o papel das Ciências Sociais e Humanas no fortalecimento de um projeto democrático de sociedade passa por desvelarmos os conteúdos ideológicos que governos desse tipo buscam legitimar socialmente os quais podem ser identificados através de suas políticas públicas (Naguib, 2020).

Para analisar e discutir esses aspectos o presente estudo utiliza como método a Análise Crítica do Discurso (ACD) a partir da abordagem concebida por Theo Van Leeuwen (2007, 2008). Para esse autor o conhecimento daquilo que é legitimado socialmente e os efeitos práticos disso podem ser alcançados analisando-se a forma como os atores sociais são representados nos textos. Assim, essa discussão parte da seguinte questão norteadora: o que a representação de atores sociais envolvidos no Pecim revela sobre conteúdos ideológicos legitimados pelo Bolsonarismo?

Esse artigo busca contribuir em duas frentes com as discussões atuais. A primeira, e apesar da recente onda de populismos, diz respeito ao fato de que literatura emergente não dedicou a devida atenção quanto à análise da relação populista-militar (Hunter & Veja, 2022). Particularmente no que se refere as intersecções dessa relação no campo da educação, e mesmo que estudos atuais reconheçam que a militarização remete a um tipo de abordagem política com efeitos sociais (Alves & Toschi, 2019; Tiellet, 2019), ainda existem lacunas a serem discutidas quanto aos conteúdos ideológicos disseminados especialmente quando a escola se torna um campo de batalha em torno de um determinado modelo de sociedade. A segunda baseia-se na constatação de que muito pouco se sabe sobre as implicações práticas de ter populistas no poder para funcionamento da Administração Pública (Bellodi et al., 2021; Peci, 2021) e menos ainda, no que se refere a educação, uma de suas áreas mais importantes considerando seu impacto na formação dos cidadãos e no desenvolvimento do país como um todo.

Para desenvolver essa discussão esse material traz, além dessa introdução, uma primeira seção na qual aborda-se sobre o acoplamento ideológico entre o Bolsonarismo e uma ideologia militarista, na segunda discute-se a militarização da Administração Pública, o que inclui a área da Educação, como reflexo dessa conexão. Temática que é aprofundada na seção seguinte, através do Programa Nacional nas escolas Cívico militares (Pecim) sendo esse um caso emblemático de militarização no campo educacional. Na quarta seção aborda-se sobre os procedimentos, métodos de análise e *corpus* da pesquisa. Na quinta e a sexta seções são apresentados os achados da pesquisa quanto a representação de militares e de professores dentro do contexto do Pecim. A penúltima sessão discute aprofundada sobre os reflexos práticos dos modos de representação desses dois grupos no contexto das escolas cívico-militares (Ecim). Nas considerações finais esses elementos são integrados e expostos considerando-se os desafios que são postos não apenas a educação de modo geral, mas o ensino de Ciências Sociais e Humanas no Brasil.

Acoplamentos ideológicos e seus reflexos: Bolsonarismo-militarista

Os movimentos populistas, sejam eles de esquerda ou de direita, funcionam como ideologias. Eles oferecem uma estrutura, uma espécie de "mapa mental", através do qual as pessoas analisam e compreendem a realidade ao seu redor (Mudde & Kaltwasser, 2017).

No entanto, o populismo é uma ideologia particular: uma ideologia de "centro-estrito". Isso significa que, por si só, é incapaz de oferecer respostas abrangentes às complexas demandas das sociedades modernas. Por essa razão, os populismos precisam se ligar a outras ideologias mais robustas (como o comunismo, socialismo, conservadorismo, nacionalismo, fascismo, neoliberalismo, etc.). Essas ideologias mais amplas fornecem a estrutura e a substância "mais espessa" que dá força e forma ao mosaico de reivindicações populistas (Mudde & Kaltwasser, 2017; Mudde, 2019).

O populismo Bolsonarista deixou evidente esse tipo de acoplamento. O fez aderindo ao neoliberalismo representado na figura do ministro da economia escolhido por Bolsonaro, Paulo Guedes, quem acrescentou à sua agenda o apoio explícito à privatização, corte de gastos públicos e encolhimento da burocracia estatal. Ao neoconservadorismo religioso manifesto na aproximação de Bolsonaro de líderes religiosos especialmente evangélicos defensores de perspectivas antiprogressistas (Segatto, et al., 2022). Assim como se materializou através de sua adesão ao militarismo (Lacerda, 2019; Andrade, 2021).

Quanto a esse último, é preciso considerarmos que as controvérsias envolvendo o conceito de uma ideologia militarista (ou simplesmente militarismo) (Boer, 1980) não são recentes. O discurso de Ruy Barbosa, durante campanha eleitoral de 1909/1910, mostra que esta é uma discussão secular e evidencia que o militarismo seria uma deturpação dos valores militares, ou como coloca o político: "[...] as instituições militares organizam juridicamente a Força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o exército, como o fanatismo para a religião [...]" (Barbosa, 1910, p. 43). De modo que, se o fanatismo se trata de um obsessivo zelo religioso que pode levar a extremos de intolerância, o militarismo seguiria pelo mesmo caminho, produzindo sectarismo, apego exagerado a um ponto de vista e formas de intolerância.

Como explica Castro (1990), o ‘espírito militar’ é baseado em um conjunto de valores cultuados e sustentados pela ideia de integridade moral, ao que adicionamos, o militarismo seria um tipo de exacerbação distorcida dessa ideia. Esse tipo de deturpação pode ser caracterizado a partir do que escreveu Silva (2014) em sua reflexão sobre os elementos léxicos do termo. Como argumenta, o termo militarismo é fruto de uma associação do sufixo –ismo com a palavra militar, o que confere ideia de uma organicidade entre o militar e uma doutrina. Nessa doutrina (ou ideologia) a cultura militar continua amparada em valores próprios do *ethos* militar como hierarquia e disciplina, mas eles transfiguram-se em obediência cega, submissão, belicismo, dominação e uso da força.

A ideologia militarista, no contexto brasileiro, sustenta-se no ideário de que fora do universo militar prepondera a corrupção, bem como, aquilo que é feito por militares é mais eficiente (Silva, 2014). Aspecto que se transmuta, através de uma direita brasileira mais radicalizada, em afirmativas que projetam os militares como “[...] um dos poucos atores sociais que ainda têm legitimidade para trazer de volta os valores tradicionais esquecidos” (Solano, 2018, p. 24). Valores esses que, sob uma perspectiva reacionária e antidemocrática, significam sobre a “[...] reivindicação à um passado mítico [...]” de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, as drogas era problema dos negros e quando cristandade e branquitude constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação do ocidente (Brown, 2019, p. 13).

De forma ampliada, o militarismo é ancorado em um ideal bélico e de luta (Boer, 1980). Fundamentado no princípio da coerção como método de organização social, seu propósito é o combate, a guerra e a vitória e, conseqüentemente, a aniquilação de um determinado inimigo (Adelman, 2003; Johnson, 2019).

Visto sob essa ótica essa ideologia serve como um recurso potencializador do antagonismo populista basilar - nós *versus* eles – o qual divide a sociedade entre uma ‘elite corrupta’ *versus* um ‘povo puro’ (Mudde & Kaltwasser, 2017; Mudde, 2019). Todavia, em movimentos desse tipo a definição de quem vem a ser o povo (puro) e a elite (corrupta) varia conforme cada contexto.

De modo geral o ‘povo’, no ideário populista, não é nem real nem totalmente inclusivo, mas um subconjunto mítico e construído o qual representaria a população (Mudde et al., 2021). No Bolsonarismo muito de um ideal de povo assentou-se na ideia do ‘cidadão de bem’ a qual é construída com base na dicotomia ‘cidadão de bem’ *versus* ‘bandido’ ou ‘cidadão de bem’ *versus* ‘vagabundo’. O que, por sua vez, produz uma ideia de separação e restringe a cidadania apenas a determinados tipos de sujeitos considerados, de forma vaga, como os ‘de bem’ (Costa, 2021). Como esclarece Costa (2021), a figura do ‘cidadão de bem’ é a expressão de um profundo e histórico sentimento antipluralista e, portanto, antidemocrático existente em diversos setores da sociedade brasileira. Seria dessa perspectiva que se produzem afirmativas tais como ‘direitos humanos para humanos direitos’ e ‘bandido bom é bandido morto’. Essa expressão foi recorrentemente utilizada por Bolsonaro para se referir àqueles a quem defendia (‘o povo’), assim como também o fizeram gerais que lhes deram suporte antes e após eleito. Entre eles Augusto Heleno chefe, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, bem como Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército no Governo Bolsonaro.

A ‘elite’ também é um conceito bastante maleável, ainda assim sua definição está relacionada com determinada capacidade de poder e influência (Mudde, 2019). Isso faz, por exemplo, com que professores, jornalistas, intelectuais, influenciadores digitais possam ser considerados membros da elite devido a sua capacidade de influência/poder sobre uma audiência cativa. Já o aspecto ‘corrupto’, dentro dos discursos populistas de direita radical atuais, se refere geralmente a posicionamentos progressistas ou mesmo à própria esquerda política acusada de corromper a nação com suas ideias “[...] pós-modernistas [...]” e com o “[...] marxismo cultural” (Mudde, 2019, p. 36). De maneira que, para esses movimentos, a corrupção não precisa estar somente atrelada ao roubo de divisas e recursos financeiros, ela pode vir relacionada a uma ideia de corrupção das mentes das pessoas em especial das mulheres (como por exemplo em sua luta por ideais feministas) e dos jovens (Mudde, 2019) o que torna a escola um importante campo de disputa.

Foi a partir dessa dicotomia - elite corrupta *versus* povo puro - que Bolsonaro e seus apoiadores habilmente integraram antipetismo (anti-Partido dos Trabalhadores) e antiesquerdismo em uma retórica anticomunista. Contudo, tal retórica não incluiu apenas a liderança política do PT, disseminou-se também pela Administração Pública e os servidores públicos considerados como parte de uma elite corrupta (Peci, 2021).

Esse é um tipo de estratégia já identificado pela literatura em governos populistas radicalizados e que leva a ataques a burocracia estatal como a contratação de leais às custas de expertise (Peters & Pierre, 2019; Peci, 2021), a redistribuição discricionária de prioridades institucionais e recursos públicos (Bauer & Becker, 2020;

Dussauge-Laguna, 2021), assim como a adesão de teorias conspiracionistas como forma de deslegitimação de servidores públicos de modo geral (Moynihan & Roberts, 2021; Bergmann, 2018).

Ainda assim, e indo além de uma retórica muito próxima do que fez Trump ao advogar que a ‘elite corrupta’ incluía membros do próprio governo federal e as únicas exceções seriam os militares (Moynihan & Roberts, 2021), Bolsonaro transformou isso em um padrão de governança o que mostra sobre a força de uma ideologia militarista dentro do quadro constitutivo do Bolsonarismo. E quanto a isso, como já escreveu Mathias (2004), uma das formas mais visíveis de manifestação do militarismo é militarização da Administração Pública, ou seja, a ocupação de cargos públicos por militares.

Militarização da Administração Pública

Apesar da militarização da Administração Pública não ser um fenômeno restrito ao governo Bolsonaro (Fuccille, 2021) ela ficou mais evidente que outrora através da expressiva ocupação de cargos da administração pública civil por militares nesse governo. O que ocorreu através da nomeação desses últimos em cargos-chave dentro da burocracia estatal, bem como em cargos públicos civis de modo geral (Schmidt, 2022).

Essa relação populista-militar se mostrou como uma aliança que beneficiou ambos os lados. Bolsonaro se associou aos militares para ganho de capital político uma vez que as Forças Armadas, em especial, gozavam de ampla aprovação pública no cenário brasileiro (Bächtold, 2019), possuía larga afinidade com a subcultura militar sendo ele mesmo um ex-capitão do exército, bem como encontrou nesse segmento uma forma de governar dada suas dificuldades de relacionamento com partidos políticos (Hunter & Vega, 2022).

Por sua vez, os militares ao se vincularem organicamente ao seu governo conquistaram cargos que, em muitos casos, lhes deram expressiva voz política sobre uma ampla gama de questões, incluindo algumas fora de sua competência profissional. Um dos casos mais emblemáticos disso foi a alocação de Eduardo Pazuello, um general da ativa sem conhecimento na área da saúde, como Ministro da Saúde em um dos momentos mais graves da pandemia de Covid-19 no Brasil. Também durante o Governo Bolsonaro assistimos aumentarem os investimentos em defesa de forma crescente apesar da recessão econômica que obrigou a cortes em outras áreas entre elas saúde e educação. Não obstante, militares foram os únicos servidores públicos que viram seus salários aumentar já nos primeiros anos do governo. De modo ampliado, esse grupo foi alçado a uma casta superior de funcionários públicos que, além de bem pagos, contavam com relevante status e poder de influência/decisão sobre os outros segmentos da Administração Pública (Hunter & Vega, 2022).

No que se refere especialmente à educação, a militarização se expandiu por intermédio dos inúmeros ministros da educação de Bolsonaro.

No ministério de Abraham Weintraub (abril de 2019 a junho de 2020), um economista sem experiência ampliada na área de educação, foram nomeados diversos militares para posições estratégicas no Ministério da Educação (MEC). Entre eles o coronel Carlos Alberto Decotelli que assumiu como secretário-executivo do MEC, o coronel Ricardo Wagner Roquetti designado para a chefia de gabinete do MEC, o capitão Wagner Vilas Boas Garcia que tornou-se assessor especial desse ministério, assim como o tenente-coronel Alexandre Gomes da Silva que foi nomeado diretor de programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Também na gestão de Milton Ribeiro (julho de 2020 a março de 2022.), um pastor presbiteriano exonerado após denúncias sobre um esquema de corrupção envolvendo o desvio de verbas públicas desse ministério, as nomeações de militares continuaram. Entre eles estava o coronel Mauro Luiz Rabelo designado para gerir a presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e responsável pela gestão de recursos financeiros desse ministério.

Ainda assim, um dos casos mais emblemáticos de militarização na/da educação foi o Pecim, ou seja, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Almeida Santos et al., 2019).

Pecim: interesses materiais como força motriz à ideologia

Lançado em 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) visava estabelecer mais de 200 escolas cívico-militares (Ecim) em todo o Brasil até 2023. Divulgado como uma política pública voltada para a educação de jovens de 11 a 17 anos de baixa renda (ver Escola Cívico-Militar, 2021), o Pecim propunha uma nova abordagem para a gestão escolar. As escolas da rede pública que aderiram ao Pecim passaram a contar com a presença de militares (das Forças Armadas, Polícia e Bombeiros). Esses profissionais atuavam na gestão administrativa e na formação educacional dos estudantes, focando no desenvolvimento de

disciplina, hierarquia e ideais nacionalistas (ver Manual das Escolas Cívico-Militares, 2020; Escola Cívico-Militar, 2021). Contudo, o programa enfrentou críticas significativas de diversos setores da sociedade brasileira, principalmente de entidades ligadas à educação e aos direitos humanos. As objeções principais incluíam a potencial violação de direitos humanos, a falta de transparência, a ausência de comprovação científica da eficácia do modelo cívico-militar na melhoria do ensino-aprendizagem, o direcionamento de recursos públicos para fins militares e a desvalorização dos profissionais da educação (Almeida Santos et al., 2019).

Dados obtidos pela imprensa quanto aos recursos destinados ao Pecim revelaram que os valores empenhados nesse Programa foram gradativamente ampliados. De 2020 a 2021 o incremento foi de aproximadamente 328% e de 2021 a 2022 a previsão de acréscimo chegou a 139% (Minoria no país..., 2022). Contudo, mais da metade dos recursos financeiros foram transferidos ao Ministério da Defesa para pagamento de militares inativos das Forças Armadas e não, efetivamente, para as escolas em forma de investimento como compra de materiais escolares e melhorias na infraestrutura (Menezes & Sócrates, 2020).

Ao se analisar os dados obtidos em janeiro de 2021 pela agência Fiquem Sabendo, especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI)¹, foi possível identificar que os 96 militares do Exército (não considerando-se aqui as outras Forças como Marinha e Aeronáutica) contratados pelo Programa receberam no total R\$ 2.155.551,23 em 2020 (Quem são..., 2021).

Uma apreciação mais detalhada desse material permitiu observar, também, que muitas fichas enviadas pelos militares para participar do Pecim foram apenas assinadas. E, quando preenchidas, inconsistências nas informações se mostraram visíveis. Ilustram tal afirmativa: para um tenente, seus cursos Técnico em Transações imobiliárias e Desenho Mecânico pontuaram 10 pontos cada um na categoria denominada 'Cursos de Formação de Nível Superior nas áreas de ensino e educação'; para um Terceiro Sargento seu curso de preparação para entrar na reserva ('Curso para Reserva e Aposentadoria') de 120 hs/aula pontuou em 5 pontos no item relativo a 'cursos profissionais militares nas áreas de administração/gestão de pessoas/psicologia/assistência social'; para outro Terceiro Sargento nas suas informações sobre 'formação de nível superior' constava o curso de Psicologia (inconcluso) iniciado no segundo semestre de 1989 e finalizado seis meses depois o qual também pontuou em 10 pontos em sua ficha de inscrição (Quem são..., 2021). Ao que se pese, o critério de pontuação é importante na colocação dos militares dentro das Ecim, pois os melhores colocados têm prioridade na escolha dos locais onde desejam atuar.

Militares das Forças Armadas ou auxiliares podem atuar nessas escolas como monitores, caso em que se envolvem diretamente com os alunos, como Oficial de Gestão Educacional coordenando os monitores ou como Oficial de Gestão Escolar atuando como "[...] assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica" (Manual das Escolas Cívico-Militares, 2020). O Pecim não faz nenhuma exigência de qualificação na área de educação para seleção dos militares que irão atuar nessas escolas descumprindo frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394, 1996).

Militares das Forças Armadas inativos são o público alvo do programa (Portaria nº 1.071, 2020). Ao passo que essas escolas que passaram a ser militarizadas (Ecim) abriram significativo espaço para formas de recolocação desse grupo, mesmo porque o número previsto de militares por escola é expressivo (Portaria nº 2.015, 2019).

Formas de realocação, por sua vez, bem remuneradas, pois não são irrelevantes os valores pagos para esses militares os quais correspondem a um bônus de 30% do seu salário de inativos além de férias, auxílio-alimentação e gratificação natalina. Patentes como as de coronel receberam em torno de 7 mil reais por mês somente em adicional ('bônus') nos primeiros anos do Pecim. Como o bônus de 30% incide sobre a renda bruta que já recebem mensalmente no caso de um coronel, por exemplo, essa última superaria R\$ 20 mil (Quem são..., 2021).

Essas informações indicam sobre interesses materiais, econômicos e de classe, sobretudo dos estamentos militares. Sugerem, adicionalmente, sobre a criação de um inusitado 'mercado' no campo da educação para uma mão-de-obra, que mesmo deslocada de sua formação/experiência profissional originária, auferir retornos financeiros em forma de extrarremuneração que ultrapassam os profissionais dessa área. Nesse sentido, é indispensável considerar que o piso salarial dos professores brasileiros de R\$ 2.886,24 - o mais baixo entre uma lista de 40 países (Organization for Economic Cooperation and Development, 2021) - é, em muitos casos, menor do que bônus (valores adicionais) que militares recebem para adentrarem tais ambientes escolares.

Cabe destacar, por fim, que apesar do objetivo central do Pecim ser "[...] a melhoria da Educação Básica do Brasil" (Manual das Escolas Cívico-Militares, 2020, p. 2) em termos numéricos, seu impacto, não condiz com tal

¹ A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527 (2011), promulgada pela então presidente Dilma Rousseff, é uma lei federal que regulamenta o que prega a Constituição Federal de 1988 no sentido de assegurar o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

afirmativa. Particularmente porque foram previstas 216 Ecim (de 2019 a 2023) dentro de um universo já existente de aproximadamente 178 mil unidades escolares na rede pública brasileira (Cristaldo, 2022) o que faz com que esse montante represente cerca de 0,1% do número total de escolas públicas do país. Assim, os reflexos do Pecim são simbólicos e sua promoção em todo o território nacional, enquanto uma política pública para educação, nos diz quanto a um processo de construção discursiva sobre como governos populistas podem legitimar formas de comportamento, práticas e modos de relação social, tópico que será ilustrado e discutido adiante.

Caminho Metodológico, Modo de Análise e Conjunto de Dados

Na Análise Crítica do Discurso (ACD), vemos os discursos como manifestações concretas e materializadas que, nas palavras de Foucault (2012, p. 64), "[...] formam sistematicamente os objetos de que falam". Isso significa que podemos coletar discursos através de diversos textos, sejam eles escritos, orais, visuais (imagens, vídeos) ou outros materiais comunicativos (Leeuwen, 2008).

Na ACD, compreendemos que os textos não apenas dão vida às ideologias, mas também podem refratá-las, ou seja, transformá-las ou distorcê-las.

Existem várias abordagens dentro da ACD, e neste estudo, empregamos a desenvolvida por Theo Van Leeuwen (2007, 2008). Para Leeuwen, podemos investigar o conteúdo ideológico do que se busca legitimar socialmente ao analisar como os atores sociais são representados nos textos. Isso ocorre porque, para ele, toda representação é, em si, uma forma de legitimação (Leeuwen, 2008).

A razão para essa perspectiva é que a legitimação (ou a deslegitimação) não existe no vácuo; ela precisa estar ligada a algo ou alguém. Leeuwen (2008) propõe uma rede complexa de formas de representação dos atores sociais (conforme a Figura 1).

Apesar dessa complexidade, é comum que pesquisas que utilizam essa estrutura teórico-metodológica — mesmo na área da linguística — empreguem um número limitado dessas formas de representação (Novodvorski, 2008). Essa escolha depende dos objetivos específicos de cada estudo e da relevância para responder à sua questão principal da pesquisa.

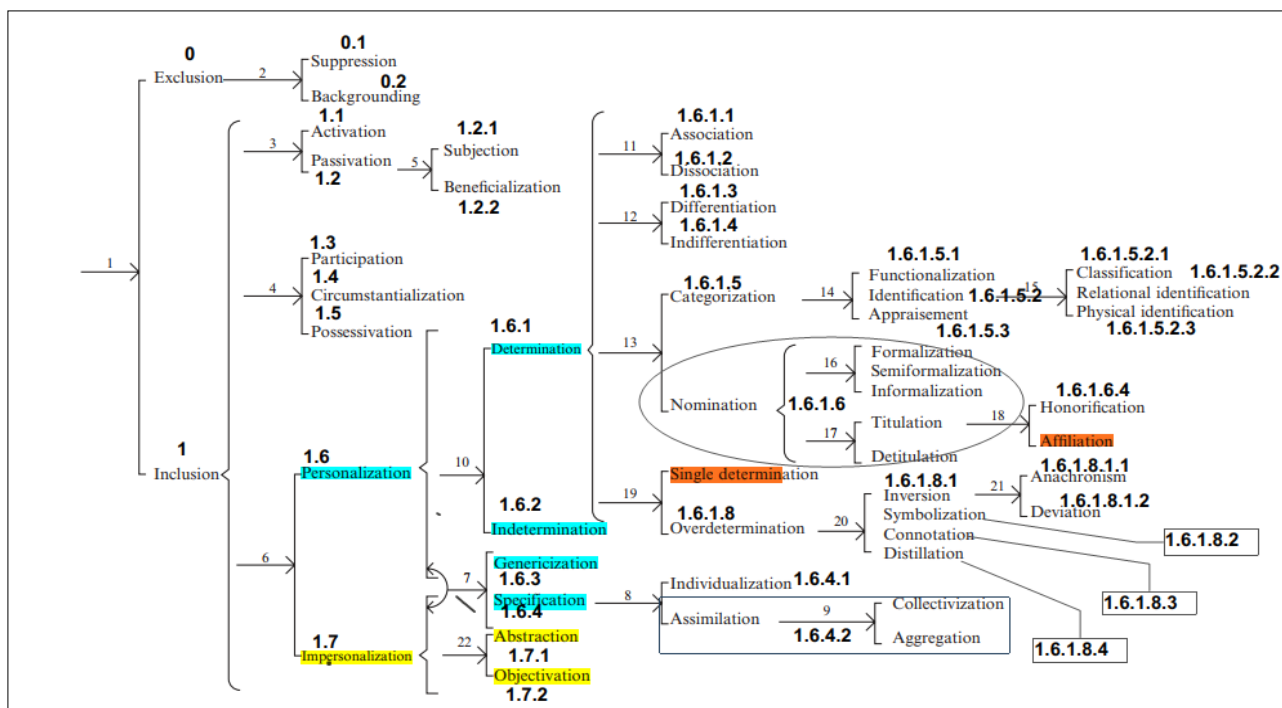


Figura 1. Identificação dos ID na rede de representação.

Fonte. Elaborado com base em Leeuwen (2008).

Para preparar a análise foram realizadas as seguintes ações: transcrição de todos os textos que estavam em formato de vídeo para formato escrito, incorporação desses últimos aos demais conteúdos que já estavam, previamente, em formato escrito e, por fim, padronização de todo o material em formato PDF e Word com o objetivo de facilitar a contagem e filtragem de termos específicos.

Quanto aos procedimentos de análise, na primeira fase tomou-se como base a pergunta: quem são os atores sociais que mais são citados nos textos? (Vieira & Resende, 2016). Nesse momento foi realizada a leitura do material e a marcação, através do uso de cores distintas, quanto aos diferentes grupos de atores sociais que surgiam. O procedimento evidenciou sobre dois grupos mais representativos em termos quantitativos (número de citações) e qualitativos (pertinência quanto questão norteadora) os quais foram definidos como os atores centrais em análise: professores e militares. Na segunda fase foram observadas as estratégias discursivas de legitimação (Leeuwen, 2008). A pergunta norteadora dessa fase foi: o que é dito, como é dito e por quem é dito? (Vieira & Resende, 2016). Nesse momento analisou-se como os grupos de atores sociais previamente identificados como centrais foram representados quanto as suas ações, reações e práticas nas quais se envolviam (Leeuwen, 2008). Esse levantamento conduziu a constatação de que militares apareciam representados principalmente através de simbolização e professores através de ativação, passivação e desvio.

A Tabela 1, a seguir resume o conteúdo de cada um desses modos de representação e apresenta o código identificador (ID) utilizado para identificá-las a partir da rede proposta pelo autor (Figura 1).

Tabela 1. Descritivo das formas de representação dos atores sociais.

Código Identificador (ID) na rede	Modos de representação	Características considerada nas análises
1.1	Ativação (<i>Activation</i>)	Os atores sociais são representados como ‘forças dinâmicas’ em uma atividade, realizando-as.
,	Passivação (<i>Passivation</i>)	Os atores sociais são representados como ‘submetidos’ a uma atividade ou como estando no lado receptor dela.
1.6.1.8.1.2	Desvio (<i>Deviation</i>)	Os atores são representados participando de outra prática na qual não deveriam estar envolvidos. Por esse motivo o desvio ‘aglutina camadas negativas à forma de representação’.
1.6.1.8.2	Simbolização (<i>Symbolization</i>)	Em caso de simbolização determinado grupo é usado como ‘símbolo’ de algo idealizado/ficcional e que age em prol de uma “[...] sociedade fraca [...]” a qual “[...] são encarregados de defender” (Leeuwen, 2008, p. 49). Por esse motivo a simbolização (em si) ‘aglutina camadas positivas à forma de representação’.

Fonte: Elaborado com base em Leeuwen (2008).

A delimitação do corpus dessa pesquisa se deu à medida em que todos os textos analisados expressam sobre a mesma prática social, ou seja, a militarização escolar e que remetam sobre formas discursivas de legitimação da mesma. Sobre isso esclarece Leeuwen (2008, p. 6) que mesmo que se trabalhe com textos genericamente diversos, para a constituição do corpus de pesquisa, é importante que eles se mostrem unidos “[...] no sentido de que todos esses textos representam a mesma prática social ou algum aspecto dela”. O período de seleção e coleta dos textos foi de 12 meses e ocorreu de abril de 2021 até março de 2022.

As fontes que compõem o corpus foram provenientes de i) textos oficiais produzidos e disseminados pelo então Governo Bolsonaro através do seu Ministério da Educação como o manual das Escolas Cívico-Militares e os seminários sobre melhores práticas nas Ecim; ii) pronunciamentos/entrevistas de representantes diretamente ligados ao Pecim (e sobre o Pecim) sendo eles do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, do ex-ministro da educação responsável pela implementação do Programa Abraham Weintraub, do primeiro diretor nacional de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino e, ainda, iii) cinco entrevistas realizadas com informantes. A Tabela 2, apresenta essa codificação bem como o conteúdo de cada uma das fontes, sua extensão e traz detalhes que justificam sua escolha nos termos da análise.

A próxima seção apresenta e discute os achados da pesquisa sendo que os fragmentos textuais utilizados como ilustração dos resultados das análises serão seguidos dos códigos identificadores presentes na Tabela 2.

Tabela 2. Corpus da Pesquisa.

	Código	Conteúdo	Extensão	Detalhes
Manual das Escolas Cívico Militares	M1	Regulamento	75 págs.	Documento que contém as diretrizes de implantação e o funcionamento do programa. Disponível em: https://bit.ly/42t5V5F Acesso em: fev. 2024
	M2	Projeto político-pedagógico	80 págs.	
	M3	Projeto valores	23 págs.	
	M4	Apoio pedagógico	14 págs.	
	M5	Avaliação	13 págs.	
	M6	Supervisão	14 págs.	
	M7	Gestão	20 págs..	
	M8	Conduta e atitudes	30 págs.	
	M9	Uso de uniformes	20 págs.	

	M10	Cartilha para responsáveis	2 págs.	
Discursos presidenciais	PR1L		83 min.	Lançamento do Pecim (PR1L) em setembro de 2019. Disponível em: https://bit.ly/3qFcws9 Acesso em: ago. 2023
	PR2I	Discursos oficiais do ex-presidente da república	49 min.	Inauguração da primeira Ecim na cidade do Rio de Janeiro (PR2I) em agosto de 2020. Disponível em: https://bit.ly/3Uyevy6 Acesso em: fev. 2024
	PR3C		62 min.	Certificação de Ecim's (PR3C) em novembro de 2021. Disponível em: https://bit.ly/3ueg2yE Acesso em: fev. 2024.
	PR3C		62 min.	
Entrevista	Min1	Entrevista ex-ministro (youtube)	16 min.	Abraham Weintraub, responsável por criar e iniciar o Pecim. Disponível em: https://bit.ly/36I0F1N Acesso em: fev. 2024
Informantes	IT	Professora	38 min.	IT (43 anos, Professora)
	IFF	Pai de aluna	62 min.	IFF (42 anos, Cabeleireiro)
	IG	Avó de aluna	52 min.	IG (68 anos, Conselheira Tutelar)
	IM	Mãe de aluno	47 min.	IM (35 anos, Dona de Casa)
	IFM	Pai de aluno	60 min.	IFM (45 anos, Motorista)
Entrevista	Diret.Pecim1	Aroldo Cursino (youtube)	27 min.	Primeiro diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares. Disponível em https://bit.ly/3w58AX8 Acesso em: fev. 2024
Eventos	Semin1	1º seminário nacional de boas práticas do Pecim - 1º dia (youtube)	240 min.	Documento que aborda sobre práticas cotidianas nas Ecim's. Disponível em https://bit.ly/3M8RFFY e https://bit.ly/3N5IPtZ Acesso em: fev. 2024
	Semin2	1º seminário nacional de boas práticas do Pecim - 2º dia (youtube)	300 min.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Militares: protetores (autoproclamados) do 'Povo Puro'

Nos textos analisados, destacou-se o posicionamento discursivo dos militares como defensores do povo ou, simplesmente, "cidadão de bem", no léxico bolsonarista. A forma de representação que melhor elucida essa dinâmica, dentro do modelo de análise adotado, é a simbolização. O trecho a seguir ilustra como esse grupo é retratado como salvador de uma ideia de pátria/nação, conforme observado em:

As 'Forças Armadas destinam-se a defender a pátria' e garantir os poderes constitucionais, missão desempenhada com compromisso e dedicação pelos seus profissionais [...] (M2, p. 46, grifo nosso).

Esse papel é construído discursivamente à medida que os militares são, de forma generalizada, representados como uma "classe" profissional e moralmente superior, como exemplificado em:

[...] 'o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem', a cada um dos integrantes das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares 'conduta moral e profissional irrepreensíveis' (M3, p. 46, grifo nosso).

No texto acima percebe-se que a "classe" militar é vista como detentora de uma distinção única ("pundonor"). Essa qualidade impõe a seus integrantes uma conduta moral e profissional de tamanha excelência que os demais membros da sociedade (civis) não teriam o direito de censurar ou reprovar. Militares seriam, nesse sentido pessoas 'irrepreensíveis'.

Por sua vez aquilo que surge descrito como uma "[...] conduta moral e profissional irrepreensíveis" (M3, p. 46), seria resultado, na perspectiva dos enunciadores, de uma irrestrita observância de preceitos éticos assim descritos:

[...] amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes; ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; empregar todas as suas energias em benefício do serviço; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; ser discreto em suas

atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada; abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza; observar as normas da boa educação; garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar; conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar [...] (M3, p. 46-47).

No excerto acima é possível notar que esse grupo é simbolizado dentro de um quadro de atributos quase míticos, quase heroicos (Leeuwen, 2008), ou seja, militares seriam cumpridores de ‘todas’ as leis e regulamentos sociais, guarnecidos de um senso de justiça e imparcialidade para julgar a si mesmos e aos demais, dotados de relevante preparo moral, intelectual e físico, além de cooperativos, discretos não apenas na forma como se apresentam socialmente, mas como agem, como falam, como escrevem; seriam sujeitos que guardam segredos (‘matéria sigilosa’), educados, ‘chefes’ de família exemplares, agiriam com disciplina, respeito e decoro tanto quando estão em atividade como fora dela.

Nos textos, por sua vez, tais preceitos estariam diretamente atrelados aos ‘valores militares’ dentre os quais destaca-se o ‘culto das tradições históricas’ (M3, p. 46). Esse é um elemento importante de destaque, pois expõe sobre o viés conservador do militarismo no sentido de conservação das tradições (Boer, 1980). Além disso tal ideário ligado ao culto/defesa das tradições, as quais os militares seriam defensores, parte de uma pressuposição: a de que elas seriam eminentemente boas. Essas é uma premissa problemática quando consideramos que o Brasil é formado a partir de muitas tradições opressoras como a relação escravagista e a exploração dos indígenas que, não obstante, foram cunhadas e reproduzidas ao longo do século XX com apoio de instituições militares (Martins Filho, 2021).

Não obstante, esse “[...] culto as tradições [...]” (M3, p. 46) se mostrou, ainda, fortemente ancorado em uma idealização anacrônica sobre um passado pautado no resgate de formas hierarquizadas de respeito que não dizem necessariamente sobre modos de consideração em relação ao outro, às diferenças e aos múltiplos pontos de vista. Ao contrário, seu conteúdo mostrou-se mobilizado pelo desrespeito como forma de garantia de um idealizado estado de ordem como ilustra o excerto a seguir:

[...] quando o professor chegava na sala de aula, não tinha conversa. De vez em quando algum aluno fazia xixi nas calças porque ficava inibido em pedir para o professor para ir no banheiro, eu lembro na minha escola, em 1964, Grupo Coronel Siqueira de Moraes lá em Jundiá. Eu morava no Vianello e ia a pé para a escola. Quantas vezes nós assistimos ali, como um castigo para o aluno que tinha feito algo de errado, sentar numa carteira que era dupla ao lado de uma menina e a gente ficar vermelho de vergonha. Era uma forma de castigá-los (PR3C).

O anacronismo presente em conteúdos que evocam violência, sevícia e expiação, como no discurso do então presidente, revela possíveis razões para a nostalgia bolsonarista em relação ao período ditatorial civil-militar brasileiro. Essa época é vista por seus apoiadores como um momento histórico a ser resgatado (Solano, 2018). Essa visão encontra eco na esfera da educação através da militarização das escolas, onde os militares são representados como os agentes capazes de promover esse resgate. A fala de Bolsonaro no lançamento do Pecim é explícita nesse sentido: "Nós queremos integrar, botar na cabeça de toda essa garotada a importância dos valores cívico-militares como tínhamos há pouco, no governo militar" (PR1L).

Professores interpretados como parte da ‘elite corrupta’

Nos textos analisados, os professores foram particularmente representados como parte da "elite corrupta". Esse é um padrão já identificado em movimentos populistas de direita radicalizados (Mudde, 2019; Rocha, 2021; Sant & Brown, 2021). A evidência dessa representação para o grupo dos professores confirmou o que outros autores já haviam sinalizado: populistas tendem a agir de forma mais incisiva contra burocracias profissionais fortes, como a educação (Bellodi et al., 2021; Peci, 2021).

O modo de representação que melhor esclarece essa dinâmica é o desvio. O desvio, por sua vez, é uma forma de sobredeterminação, indicando que atores sociais são representados como participando simultaneamente de mais de uma prática social.

A prática social na qual os professores aparecem (desviantemente) sobredeterminados nos textos, e que transcenderia sua atuação profissional, é a militância política. Essa idealização parte da premissa de que haveria um aparelhamento ideológico generalizado nas escolas públicas brasileiras, visando promover ideais de esquerda ou, no léxico bolsonarista, simplesmente ideias "comunistas". No cerne dessa ideia, está a crença de que a esquerda teria abandonado a revolução armada para implantar uma ditadura do proletariado, passando a se dedicar à cultura e aos livros, travando uma espécie de guerra cultural (Rocha, 2021).

Aspecto que se mostrou tanto de forma latente nos textos como quando no Capítulo IV do manual das Escolas Cívico-Militares denominado curiosamente (ou não) de “[...] fundamentação teórica e filosófica” (M1, p. 10) os autores utilizam-se como exemplo um momento social marcado pela polarização e luta entre duas potências mundiais, uma capitalista e outra comunista para justificar como “[...] a escola deve estar atenta às demandas da sociedade” (M1, p. 10) como ilustra o excerto a seguir:

Outro exemplo de como a escola deve estar atenta às demandas da sociedade foi o lançamento do primeiro satélite artificial Sputnik I pela antiga União Soviética (URSS), em 1957. [o que] causou um grande desapontamento da sociedade norte-americana com a escola pública daquele país (M2, p. 10).

Assim como se mostrou de forma explícita como na fala de Bolsonaro (PR3C) durante a cerimônia de certificação das Escolas Cívico-Militares (Ecim) ou mesmo em entrevista concedida por um de seus ex-ministros da educação, Abraham Weintraub (Min1) ilustradas a seguir:

E o que acontece de errado no Brasil nas últimas décadas, há um desvirtuamento [...], uma militância imperando em sala de aula (PR3C).

[...] a nossa sociedade foi esgarçada pelo marxismo cultural. Infelizmente a nossa sociedade hoje, não só no Brasil, no mundo, o feio virou bonito, o errado virou certo. E aí quando você resgata lá no fundo a disciplina militar ela dá uma estancada (Min1).

A representação dos professores como desviantes surge como uma estratégia discursiva e operacional para subalternizá-los nas Escolas Cívico-Militares (ECIM).

Isso fica evidente também pela sua representação por passivação (1.2), ou seja, como sujeitos passivos nas situações em que estavam envolvidos. Mesmo quando representados por ativação (1.1), ou seja, como agentes ativos, suas ações e atividades estavam fortemente ligadas a aspectos operacionais e burocráticos, como a aplicação de provas, o cumprimento da carga horária e a fiscalização da assiduidade dos alunos (M1).

Um dos elementos do corpus que ilustra essa posição subalternizada dos professores é uma atividade aparentemente simples, mas bastante simbólica: a “Concessão de Elogios” aos alunos (M8, p. 9). Conforme a Figura 2, os docentes passaram a ser os últimos, na estrutura geral da escola, a serem considerados aptos a conceder elogios aos estudantes nesses ambientes:

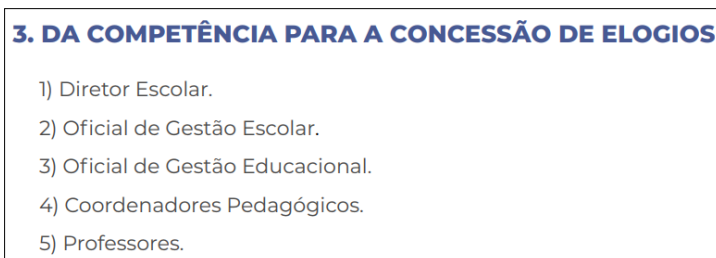


Figura 2. O lugar subalternizado dos professores.

Fonte: M8, p. 9.

Das representações à prática: implicações visíveis

As formas de representação têm o poder de moldar percepções, atitudes e comportamentos em relação a diferentes grupos, o que, por sua vez, gera efeitos sociais (Leeuwen, 2008). Assim, a coexistência de uma representação depreciativa dos professores com uma apologética dos militares favorece (e até produz) efeitos práticos no campo educacional. Como as interferências no ambiente escolar são causadas pela inserção dos militares em uma estrutura organizacional da qual não faziam parte, este grupo será o foco da discussão a seguir.

As análises evidenciam que o modo de representação dos militares abriu espaço para que esse grupo fosse projetado como uma espécie de ‘recurso técnico/operacional’ para manutenção de ‘regras’ (IT) escolares. Sendo que essas últimas podem se referir, em um contexto militarizado, a formas de censura o que inclui restrição ou limitação de modos de liberdade de expressão e à livre manifestação dos estudantes (como o cabelo rosa da menina), observável no texto a seguir:

[...] ‘nós temos monitores’ tanto das forças armadas como da brigada militar que cuidam da disciplina dos alunos nos corredores, para evitar correria, ‘eles evitam aquele estado de desordem na escola [...] com os militares os alunos e os pais respeitam mais, temos regras, as pessoas seguem as regras’. [...] Se a menina chegar lá com o cabelo cor de

rosa, eles vão conversar com ela, tem que ir se adaptando né? (IT, grifo nosso).

O modo de representação dos militares também favoreceu que fossem posicionados como ‘responsáveis pela resolução de conflitos no ambiente escolar’ como o que prevê o Capítulo V do manual denominado “Do corpo dos monitores” (M1, p. 29) o qual define as ‘atribuições’ dos militares e sob o que se lê:

‘Atender aos responsáveis dos alunos’ sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade; ‘procurar resolver os conflitos entre as pessoas no ambiente escolar’ com base no diálogo e na negociação; (M1, p. 31-32, grifos nosso).

Assim como predispôs que militares se constituíssem como agentes que contam com informantes, ou seja, como aqueles que se valem de ‘fontes de informação particulares’. Aspecto que se mostra representado na figura dos alunos ‘chefe de turma’. Posição que remete a um simulacro do que seria a figura do aluno líder de turma (em um contexto civil), mas que dentro dessas escolas assumem ‘atribuições’ fiscalizatórias como “[...] informar aos monitores [militares]” sobre seus colegas que estejam faltando as aulas ou sobre “[...] quaisquer ocorrências com o material da sala de aula [...]” bem como controlar o tempo de aula do professor (M1, p. 55).

Esses são aspectos que revelam sobre ‘interferências diretas e indiretas no processo educativo’ e sobre isso também é ilustrativo o fato dos militares passarem a atuar diretamente com os alunos como descrito em:

O objetivo dos monitores é contribuir, especialmente, na formação ética, moral, afetiva, social e simbólica, com palestras, bate papos, relatos de experiências vividas, exigência do cumprimento das normas escolares, orientações e retiradas de dúvidas dos alunos sobre diferentes assuntos [...] (M2, p. 48).

O texto acima mostra a representação dos militares como aqueles que têm como “[...] objetivo” (M2, p. 48) contribuir com a formação dos alunos. Para tanto, e partindo da premissa que possuem uma vida ilibada, poderiam se utilizar como recurso os relatos sobre as suas próprias vidas (suas ‘experiências vividas’). Um elemento em particular chama a atenção, qual seja, a capacidade que lhes é atribuída para retirar dúvidas dos alunos sobre ‘diferentes assuntos’. Essa presumida polivalência leva à reflexão sobre que tipo de aconselhamento e/ou orientação esses militares, em sua maioria homens de meia idade ou mais, estariam habilitados a fornecer a uma aluna enfrentando uma situação de gravidez precoce ou um aluno em situação de abuso de drogas.

Isso mostra como a militarização pode legitimar formas de precarização e desvalorização de um conjunto amplo de profissionais ligados a educação tal como a psicóloga escolar ou mesmo orientadores educacionais os quais estariam melhor preparados para lidar com questões como as comentadas acima (abuso sexual, drogas e etc.). Revela, ainda, como conteúdos anti-cientificistas, presentes dentro de formas de governo radicalizadas (Carvalho, 2021; Mudde, 2019), podem encontrar canais de legitimação social através da militarização. Particularmente quando militares passam a atuar diretamente com os alunos utilizando-se como teoria e método “[...] suas experiências vividas” (M2, p. 48) isso coloca a educação escolar em um lugar de senso comum, retirando-lhe a condição de fazer científico produzido por diferentes áreas do conhecimento como a educação, pedagogia e a didática.

Interferências no processo educativo que também ocorrem quando a diversidade e a individualidade dos/entre os alunos são desestimulados e em seu lugar são postos em prática mecanismos de ‘homogeneização estética e comportamental’ tal como prevê o Pecim quanto a apresentação desse grupo:

[...] quanto à apresentação pessoal, a escola deverá seguir alguns critérios que garantam a uniformidade [...] 1. PARA O SEGMENTO MASCULINO: Considerando que o uniforme prevê o uso da cobertura (boina), o cabelo deverá ser cortado de modo a manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço, de forma a facilitar a utilização da cobertura e harmonizar a apresentação pessoal. O aluno deve se apresentar bem barbeado, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados. 2. PARA O SEGMENTO FEMININO: 2.1 CABELO: [...] O cabelo deve ser cuidadosamente arrumado, a fim de possibilitar o uso correto da boina e a manutenção da estética e da harmonia na apresentação pessoal da aluna. [...] Os penteados devem ser “rabo de cavalo” na parte superior da cabeça ou trança simples. Devem ser mantidos penteados e bem apresentados. 2.2 ADEREÇOS: Quando uniformizadas, as alunas poderão usar apenas adereços (relógio, pulseiras, brincos) discretos (M9, p. 18).

Como se observa no excerto acima, a militarização produz modos de padronização corporal e comportamental que dizem respeito a diretrizes mais amplas e envolvem aspectos sobre como deve ser o corte de cabelo (de meninos), como devem ser os penteados (de meninas), como devem ser expostos seus pelos corporais (como barba e sobrancelhas), tipo de adereços permitidos, ou seja, sobre toda uma estética corporal própria.

Interferências ainda mais amplas são visíveis, como aquelas diretamente relacionadas ao ‘quadro escolar como um todo’ e quanto a isso cabe observar:

Art. 18. 'O Oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor' nos assuntos referentes às 'áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa' e tem as seguintes atribuições: I – assessorar o Diretor na implantação do modelo das Ecim; II – participar da capacitação dos profissionais da escola para a implantação do modelo das Ecim; III – 'atuar na supervisão às atividades da gestão educacional'; IV – assessorar o Diretor na gestão administrativa da escola; V – 'assessorar o Diretor na gestão didático-pedagógica', nos assuntos referentes às especificidades do modelo das Ecim; VI – acompanhar o Diretor nas formaturas gerais e nas solenidades cívico-militares da escola; VII – 'participar da apuração, da aplicação e do julgamento de recursos de medida educativa' dentro da sua competência funcional e de acordo com as Normas de Conduta e Atitudes; e VIII – manter contato com o Ministério da Defesa sobre assuntos relacionados aos militares (M1, p. 8, grifo nosso).

Como se vê no fragmento textual acima as atribuições dos militares envolvem ações junto aos professores como garantir que os modelos didáticos pedagógicos propostos pelo Pecim sejam aplicados (M1). Assim como abrangem ações corretivas em relação aos alunos, situação em que participaram como membros julgadores em caso do não cumprimento das 'Normas de Conduta e Atitudes' previstas. Consequentemente, o Oficial de Gestão trata-se de um novo agente (militar) inserido nos quadros dessas escolas com ampla capacidade para interferir em atividades as quais não tem formação ou mesmo técnica/experiência profissional.

Disso depreende-se dois enfoques: i) o fato de militares serem dotados de uma capacidade de interferência em questões didático-pedagógicas, o que por si só seria incongruente, pois esse é um quadro que adentra o Pecim sem a necessidade de formação no campo da educação e ii) relacionado a mesma temática, ou seja, sua falta de formação pedagógica, também coloca em questão sua capacidade de ação sobre os discentes.

Com efeito isso gerou um conjunto de outros eventos que 'colocam em questão a qualidade e a legalidade da educação disseminada nesses locais'.

Como o que ocorreu quando, durante a pandemia de Covid-19, com o objetivo de reduzir os índices de evasão escolar, 'a equipe de monitores [militares] criou um mecanismo próprio', qual seja, impedir o acesso a cartões de alimentação às famílias que não tivessem seus filhos 'participando' das aulas on-line (cf. Semin2). Medida que poderia ser interpretada como irregular uma vez que a Lei nº 13.987 (2020) garantia o fornecimento de alimentos durante a pandemia a todos os alunos matriculados sem restrições a critérios de assiduidade.

Também quando critérios de avaliação dos alunos foram remodelados sob uma perspectiva moralista à medida que passaram a ser classificados como 'maus' ao não atingiam os objetivos propostos no Programa, como ilustra a imagem a seguir (Figura 3). E sobre isso é relevante considerar que, na língua portuguesa, o adjetivo 'mau', quando referido a pessoas, é usado principalmente para indicar sobre 'alguém que faz maldades', ou seja, assume um aspecto moral e valorativo; diferente da expressão 'mal' que indica algo feito de forma incorreta, não satisfatória em termos de seu resultado final (Neves, 2019).

1) O comportamento dos alunos é classificado por grau numérico, de acordo com o seguinte critério:	
a) Grau 10.....	EXCEPCIONAL
b) Grau 9 a 9,99.....	ÓTIMO
c) Grau 6 a 8,99.....	BOM
d) Grau 5 a 5,99.....	REGULAR
e) Grau 3 a 4,99.....	INSUFICIENTE
f) Grau 0 a 2,99.....	MAU

Figura 3. Uma perspectiva moralista de avaliação.

Fonte: M8, p. 7.

Ou, ainda, quando valores ancorados em ideais punitivistas/militaristas serviram de estímulo a formas de violência institucional como humilhação e constrangimento público como em:

[...] na hora da garotada ir embora, entravam em fila indiana e lá na frente alguém [referindo-se a um militar] perguntava: 7x8, raiz quadrada de 4, fórmula da água, quem descobriu o Brasil. Perguntas de acordo com a escolaridade, caso o aluno errasse, ele voltava para o final da fila e quando ele conseguia ser liberado, vi pai pegando pelas orelhas [...] (PR3C).

A representação dos militares como figuras quase heroicas/quase míticas criou, adicionalmente, condições para que esse grupo fosse alçado a uma 'posição de garantidores de um sentimento (ou 'sensação') de segurança' no ambiente escolar e fora dele, como se vê em:

[...] e eu era um pai assim que tinha que levar ela e trazer pro colégio, devido à criminalidade que se tornou ali, drogas... os jovens iam ali para fazer hostilidade com as meninas, então... eu vi, me criei naquela escola e ficava muito triste de ver que estava regredindo né, pra mim não tinha jeito, mas fiquei feliz quando disseram que iriam vir os militares [...] Porque assim, aonde a segurança não está, a insegurança está, né? (IFF).

Em complemento ou em reforço às atribuições definidas no Regulamento das Ecim, são atribuições dos monitores: IX - promover a sensação de segurança no ambiente escolar; (M1, p. 29).

Com destaque ao excerto acima, na fala de um pai de aluna de uma Ecim (IFF), a militarização produziria um contexto de segurança no que se refere à oferta de drogas e crimes sexuais ou de gênero. Familiares têm razão de reconhecer que a escola não oferece a segurança devida a seus filhos, como na fala acima. No entanto, a violência não é algo que está dentro da escola ou somente nos seus arredores, ela reflete aquilo que existe na sociedade como um todo, visto que está inserida em um contexto macrosocial.

Também a representação dos militares favoreceu que 'assumissem simbolicamente o lugar de figuras parentais', como se observa em:

Eles [os militares] irão ajudar a reorganizar a escola, a contribuir na formação integral e a servir de referência para muitos alunos que infelizmente não possuem bons exemplos a seguir (M2, p. 47).

Os monitores escolares exercerão o papel de tutoria que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares, proporcionando acolhimento, diálogo, dando o exemplo e servindo de referência, aspectos esses tão necessários ao desenvolvimento do aluno como pessoa (M3, p. 50).

Posicionados nesse lugar, militares serviriam como referência familiar enquanto adultos capazes de prover ações de proteção, zelo, guarda, acolhimento que, aos discentes, apareceu nos textos como algo presumido como faltante em seus núcleos familiares como se observa no excerto acima (M2, p. 47).

Seguindo esse mesmo mote, as análises revelam que militares também foram projetados a uma posição como 'agentes beneficiadores das famílias':

Sim, com os militares têm disciplina, eles [os alunos] entram em fila, não entram se empurrando, eles falam baixo, conversam baixo, né? Então, pra mim isso é muito bom, e para o meu filho já despertou um lado também de ele se tornar um militar... abriu a mente dele para algo grande, né? (IFM).

A expressão "algo grande" mencionada acima reforça a posição social e organizacional imponente atribuída aos militares nos textos. Essa abstração também revela o desejo de um pai (IFM) de que seu filho se adeque às normas vigentes. Essa adequação, por sua vez, insere-se em um imperativo social que valoriza a massificação em detrimento da singularidade dos indivíduos. As formas de disciplinamento referidas pelo enunciador – como o comportamento na fila ou o tom de voz aceitável – são modos de homogeneização que, quando internalizados, transformam-se em algo "muito bom" dentro de uma visão que entende a educação como um recurso disciplinador.

Considerações finais

Os aspectos apresentados nesse estudo mostram como a relação populista-militarista legitima todo um conjunto de práticas sociais, comportamentos e modo de operação de escolas que passam a ser militarizadas como o que promove o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

Também evidenciam sobre um conjunto de desafios que são postos a educação de modo geral, mas, em particular ao ensino das Ciências Sociais e Humanas no Brasil. Particularmente quando consideramos que se tratam de campos do conhecimento que têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento de habilidades de análise crítica de nossa realidade e contexto sociais, aspectos que a militarização Bolsonarista faz questão de refrear.

'Refrear a capacidade crítica é' criar mecanismos sociais, como revelam as análises, que levam a falsa percepção de que agentes não técnicos (como militares) possam assumir posições de status e influência dentro das escolas. Reproduzindo-se com isso percepções sociais simplistas expressas através de políticas públicas também simplistas como o Pecim que, no limite, não tem a finalidade de resolver os problemas mais prementes da educação, mas produzir um estado de expectativa.

É fazer acreditar que a educação, de modo geral, pode ser objeto de senso comum e não um fazer científico produzido a partir de diferentes áreas do conhecimento. Quando isso acontece, ideais punitivistas tornam-se aceitáveis e transmutam-se em formas de violência contra determinados grupos sejam eles professores, alunos ou a própria comunidade envolvida.

É promover modos de homogeneização física e comportamental como sendo um recurso capaz de fomentar formas de respeito. Adicionalmente suscitando, com isso, uma equivocada interpretação sobre o que vem a ser respeito (para e com o/s outro/s) à medida que o mesmo passa a ser interpretado como um equivalente à obediência, em especial àquela de cunho domesticador.

É fazer reverberar a ideia de que a insegurança atual é algo que está dentro e nos limites da escola obscurecendo-se com isso de que se trata do reflexo de um contexto social mais amplo e complexo.

É tornar a corrupção um conceito bastante maleável, aspecto particularmente favorável aos interesses de líderes populistas corruptos, fazendo com que o desvio de recursos públicos seja interpretado como um mal menor enquanto a discussão de questões de gênero e sexualidade em sala de aula tratar-se-ia de uma corrupção maior e de viés moral, uma ‘corrupção das mentes’ das pessoas. O que torna professores, de forma generalizante, como alvo de repúdio social.

É promover um ideal anacrônico, não invariavelmente recorrendo-se a tempos ditatoriais marcados pelas mais variadas expressões de violência, de fragilização dos laços sociais e das formas de solidariedade social. É, no limite, promover um ideal de sociedade que vê com desconfiança a educação, especialmente aquela voltada a promoção de perspectivas críticas e emancipatórias tal como enfatizam as Ciências Sociais e Humanas.

Em particular, no que se refere às novas frentes de estudo que poderiam ser derivadas dessa proposta de análise estaria a investigação de outros atores sociais (pais, familiares e outros agentes do quadro técnico escolar), assim como processos discursivos de deslegitimação que expressem, por exemplo, sobre as formas de resistência à militarização escolar.

Por fim, considerando o que foi apresentado ao longo desse material, parece urgente alargar espaços de enfrentamento e nesse ínterim concordamos que “[...] o papel da educação é crucial na luta contra o populismo” (Sant & Brown, 2021, p. 418). Papel que pode ser desempenhado através de modos de desconstrução dos conteúdos formadores desse tipo de discurso ideológico, como o que se propôs nesse artigo, mas também pelo resgate dos laços de solidariedade social que se iniciam na (re)construção das pequenas alianças possíveis, não invariavelmente fragilizadas por movimentos populistas de direita radicalizados, tal como se vivenciou (e ainda vivenciamos) com o Bolsonarismo no Brasil.

Referências

- Adelman, M. (2003). The military, militarism, and the militarization of domestic violence. *Violence Against Women*, 9(9), 1118-1152. <https://doi.org/10.1177/1077801203255292>
- Almeida Santos, C., Alves, M. F., Mocarzel, M., & Moehlecke, S. (2019). Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(3), 580-591. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.99295>
- Alves, M. F., & Toschi, M. S. (2019). A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(3), 633. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96283>
- Andrade, D. P. (2021). Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. *Caderno CRH*, 34. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44901>
- Bächtold, F. (2019). Maioria aprova a participação de militares no governo, diz Datafolha. *Folha de São Paulo*. <https://bit.ly/3VYxNdQ>
- Barbosa, R. (1910). *Contra o militarismo: campanha eleitoral de 1909-1910*. J. Ribeiro Santos.
- Bauer, M. W., & Becker, S. (2020). Democratic backsliding, populism, and public administration. *Perspectives on public management and governance*, 3(1), 19-31. <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvz026>
- Bellodi, L., Morelli, M., & Vannoni, M. (2021). The costs of populism for the bureaucracy and government performance: evidence from Italian municipalities. *BAFFI CAREFIN Centre Research Paper*, 2021-158. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3805897>
- Bergmann, E. (2018) *Conspiracy & populism: The politics of misinformation*. Springer International Publishing.
- Boer, N. (1980). *Militarismo e clericalismo em mudança e sua repercussão na educação*. T. A. Queiroz.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Filosófica Politeia.

- Carvalho, L. M. L. (2021). *Negacionismo instrumental: as oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas]. <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8477>
- Castro, C. (1990). *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Jorge Zahar.
- Costa, J. F. A. (2021). Quem é o 'cidadão de bem'?. *Psicologia USP*, 32. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106>
- Cristaldo, H. (2022, 31 de janeiro). Censo Escolar: mais de 650 mil crianças saíram da escola em três anos. *Agência Brasil*. <https://bit.ly/3UUxzmA>
- Dussauge-Laguna, M. I. (2021). 'Doublespeak populism' and its effects on Public Administration: The case of Mexico'. In M. W. Bauer, B. G. Peters, J. Pierre, K. Yesilkagit, & S. Becker (Eds.), *Democratic backsliding and public administration* (pp. 178-199). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009023504.009>
- Escola Cívico-Militar. O Programa. (2021). Ministério da Educação. <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br>
- Foucault, M. (2012). *A Arqueologia do saber*. Forense.
- Fuccille, L. A. (2021). As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!. In J. R. Martins Filho. *Os militares e a crise brasileira* (pp. 209-220). Alameda.
- Hunter, W., & Vega, D. (2022). Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro's Brazil. *Democratization*, 29(2), 337-359. <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1956466>
- Johnson, B. (2019). The erotic as resistance: queer resistance at a militarized charter school. *Critical Military Studies*, 5(3), 195-212. <https://doi.org/10.1080/23337486.2019.1608702>
- Lacerda, M. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Zouk.
- Leeuwen, T. Van (2007). Legitimation in discourse and communication. *Discourse & communication*, 1(1), 91-112. <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>
- Leeuwen, T. Van (2008). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Oxford University Press.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011, 18 de novembro). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
- Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. (2020, 7 de abril). Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm
- Lynch, C., & Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. Contracorrente.
- Manual das Escolas Cívico-Militares. (2020). Ministério da Educação. <https://bit.ly/3sz8K32>
- Martins Filho, J. R. (2021). *Os militares e a crise brasileira*. Alameda.
- Mathias, S. K. (2004). *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. Unesp.
- Mazui, G (2019). Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de 'herói nacional'. *G1. Políticas*. <https://bit.ly/40H2iq9>
- Menezes, D., & Sócrates, T. (2020, 26 de fevereiro). Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. *Ministério da Educação*. <https://bit.ly/41BEIw5>
- Minoria no país, escolas cívico-militares têm orçamento triplicado. (2022, 15 de maio). *Agência O Globo*. <https://bit.ly/3VU9cXs>
- Moynihan, D., & Roberts, A. (2021). Dysfunction by design: Trumpism as administrative doctrine. *Public Administration Review*, 81(1), 152-156. <https://doi.org/10.1111/puar.13342>

- Mudde, C. (2019). *The far right today*. John Wiley & Sons.
- Mudde, C., Amadeo, J., & Paula, G. (2021). O Zeitgeist populista. *Exilium Revista de Estudos da Contemporaneidade*, 2(3), 263-298. <https://doi.org/10.34024/exilium.v2i1.12906>
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Naguib, R. (2020). Legitimacy and “transitional continuity” in a monarchical regime: case of Morocco. *International Journal of Public Administration*, 43(5), 404-424. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1672733>
- Neves, F. (2019). Qual a diferença entre mal e mau?. *Dicionário Norma Culta*. <https://www.normaculta.com.br/mal-ou-mau/>
- Novodvorski, A. (2008). *A representação de atores sociais nos discursos sobre o ensino de espanhol no Brasil em corpus jornalístico* [Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais].
- Organization for Economic Cooperation and Development. (2021, 16 de setembro). *The State of Global Education: 18 Months into the Pandemic*. <https://doi.org/10.1787/1a23bb23-en>
- Peci, A. (2021). Populism and bureaucratic frictions: lessons from Bolsonarism. *Journal of Policy Studies*, 36(4), 27-35. <https://doi.org/10.52372/kjps36403>
- Peters, B. G., & Pierre, J. (2019). Populism and public administration: Confronting the administrative state. *Administration & Society*, 51(10), 1521-1545. <https://doi.org/10.1177/0095399719874749>
- Portaria nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020. (2020, 24 de dezembro). Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União. <https://bit.ly/3W27EdU>
- Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. (2019, 20 de novembro). Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. <https://bit.ly/3VZbGUH>
- Quem são e quanto recebem os servidores militares que atuam nas escolas cívico-militares. (2021, 18 de janeiro). *Don't LAI to Me - Fiquem Sabendo*, 48. <https://bit.ly/3HAGeYo>
- Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Caminhos.
- Sant, E., & Brown, T. (2021). The fantasy of the populist disease and the educational cure. *British Educational Research Journal*, 47(2), 409-426. <https://doi.org/10.1002/berj.3666>
- Segatto, C., Alves, M. A., & Pineda, A. (2022). Populism and religion in Brazil: The view from education policy. *Social Policy and Society*, 21(4), 560-574. <https://doi.org/10.1017/S147474642100004X>
- Schmidt, F. H. (2022). *Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf
- Silva, J. (2014) Militarismo. In L. Sansone, & C. A. Furtado (Orgs.), *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa* (pp. 349-362). Universidade Federal da Bahia.
- Solano, E. (2018). *Crise da democracia e extremismos de direita*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Tiellet, M. H. S. (2019). Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(3), 806. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.93780>
- Vieira, V., & Resende, V. M. (2016). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Pontes.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

Greice Martins Gomes: Doutora em Administração com área de concentração em Estudos Organizacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e Universidade de Coimbra, Portugal (UC). Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0996-8814>

E-mail: greice.martins.gomes@gmail.com

Editor-Associado responsável:

Terezinhha Oliveira (UEM)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9841-7378>

e-mail: teleoliv@gmail.com

Maria Terezinha Bellanda Galuch (UEM)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5154-9819>

E-mail: mtbgaluch@uem.br

Solange Franci Raimundo Yaegashi (UEM)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>

E-mail: sfryaegashi@uem.br

Rodadas de avaliação:

R1: Dez convites; dois pareceres recebidos

Revisor de normalização:

Adriana Curti Cantadori de Camargo

Disponibilidade de dados:

Os dados resultantes do estudo se encontram presentes no próprio corpo do artigo. Especificamente, o corpus da pesquisa é detalhado na Seção 'Caminho Metodológico, Modo de Análise e Conjunto de Dados', com a Tabela 2 ('Corpus da Pesquisa') apresentando as fontes e suas características. Os excertos textuais, falas de informantes e documentos analisados, que constituem os dados primários, são ilustrados e discutidos nas Seções 'Militares: protetores (autoproclamados) do 'Povo Puro'', 'Professores interpretados como parte da 'elite corrupta'' e 'Das Representações à Prática: Implicações Visíveis'. Dessa forma, os/as leitores/as têm acesso direto ao material empírico que sustenta as análises e conclusões do estudo.